

COOPERATIVAS POPULARES DE GOIÂNIA;
*Alternativa para inclusão de catadores tendo como
base o processo Autogestionário.*

Alberto Campos de Oliveira Filho¹

Carlos Roberto Lemos Bello²

¹ OLIVEIRA Filho, Alberto C. Bacharelado do 5º período do curso de Ciências Sociais – Habilitação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás. Estagiário da Incubadora Social da UFG desde 2012, com ênfase do trabalho para os assuntos de auto gestão nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Pesquisador Socio-ambiental para elaboração de planos de Saneamento Básico na Empresa NAFFER-bioengenharia. Email: albertocamposoliveira@gmail.com

² BELLO, CARLOS R.L. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Salgado de Oliveira em 2003. Técnico do projeto Catasol da Universidade Federal de Goiás. Email: carlosbelloufg@gmail.com

RESUMO

O desenvolvimento do processo autogestionário nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, está atrelado ao desafio de superação das dificuldades que historicamente colocaram estas pessoas subordinadas a uma realidade de exclusão. Pensar o indivíduo como o sujeito principal daquilo que o colocou em determinada situação é negligenciar as relações de causalidades existentes na vida social. O presente trabalho tem o objetivo de discorrer sobre o tema da autogestão como um modelo de relação humana pensado já à muito por teóricos como uma nova forma de divisão social do trabalho pautado na valorização do ser humano emancipado. Contudo ao se falar em autogestão, esta carga conceitual bastante discutida se torna indiferente e distante das ações promovidas no sentido da busca por correções sociais trabalhadas atualmente fora do universo intelectual. Espero que este artigo possa trazer o debate sobre o processo de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis perpassando o conceito de autogestão como instrumento de organização desses grupos, tanto em seu contexto teórico metodológico como em sua aplicação prática. Por meio dessa discussão pretende se mostrar como esse modelo de relação social influencia o processo de inclusão na cadeia produtiva através da geração de trabalho e renda para grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Autogestão, Cooperativas, Catadores, Trabalhadores, Inclusão, Exclusão.

Goiânia, julho de 2014.

Atualmente no Brasil, em virtude das orientações dadas pela Lei Federal N° 12.305 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), onde dentre as suas principais diretrizes fica estabelecido o fechamento dos lixões em todo o país bem como a realização de ações locais de responsabilidade compartilhada entre governos, empresas e a comunidade, para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos atreladas a iniciativas de inclusão social com vista a geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis e também a população em situação de risco que se interesse em trabalhar com atividades inerentes à reciclagem, existe um movimento de transição de catadores (as) de materiais recicláveis que, agora precisam se organizar em associações ou cooperativas para continuarem a trabalhar nessa mesma atividade, ou seja, saída dos lixões e ruas para locais que respeitem as condições mínimas de salubridade para a realização de seu trabalho. Este artigo tem como objetivo trazer o debate sobre o processo de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis perpassando o conceito de *autogestão* como instrumento de organização desses grupos, tanto em seu contexto teórico metodológico como em sua aplicação prática. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada pesquisa à literatura especializada sobre o tema da *autogestão*, assim como o acesso as informações dos órgãos que trabalham com esta pauta, o conhecimento de campo adquirido pela própria experiência em trabalhar diretamente com o universo dos catadores de materiais recicláveis e a correlação com as teorias da sociologia e ciência política que abordam a temática da autogestão como um modelo de relação social baseada no exercício pleno da coletividade.

A cidade de Goiânia conta atualmente com cerca de 16 grupos de catadores de materiais recicláveis que fazem parte do programa da prefeitura intitulado Programa Goiânia Coleta Seletiva (PGCS). Destes, 08 com uma média estimada de 20 trabalhadores por grupo, sendo classificados como cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis são assistidas pela Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás (IS/UFG), que trabalha também por meio do Projeto Catador Solidário (CATASOL) com mais 08 cooperativas nos municípios que formam a região metropolitana da cidade, com uma média estimada de 15 catadores por grupo segundo dados internos da própria IS/UFG.

Para uma análise dos critérios avaliativos sobre os aspectos do exercício da *autogestão* em cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis, será utilizado aqui a metodologia desenvolvida pelo “Grupo de Autogestão da IS³”, que é a equipe técnica responsável pelo trabalho de acompanhamento e assessoramento junto a esses catadores organizados ou em processo de organização. Neste caso foram estabelecidos alguns indicadores para avaliação do processo de *autogestão* nas cooperativas e definidos 4 níveis ou estágios quanto ao grau de desenvolvimento do trabalho de autogestão dessas cooperativas. Estes indicadores podem ser analisados sob o ponto de vista de cada nível ou estágio e assim ficam subdivididos em; 1. Entendimento do processo de auto gestão; 2. Práticas de reuniões sem a presença dos formadores; 3. Participação ativa nos assuntos das reuniões; 4. Decisões tomadas pelos cooperados; 5. Conflitos; 6. Transparência financeira; 7. Organização do trabalho; 8. Geração de renda; 9. Produtividade; 10. Motivação e Satisfação no trabalho. Para uma melhor visualização a distribuição dos indicadores e a relação com os níveis ou estágios podem ser observadas na tabela abaixo:

Tabela 1: *Relação entre os indicadores de desempenho e os seus respectivos níveis ou estágios.*

Nível 1- Entendimento dos cooperados sobre a autogestão.	Nível 2- Desenvolvimento.	Nível 3- Qualitativo e quantitativo.	Nível 4- Relação com o externo.
1.Entendimento do processo de auto gestão; 2.Práticas de reuniões sem a presença dos formadores; 3.Participação ativa nos assuntos das reuniões; 4.Decisões tomadas pelos cooperados;	1.Conflitos; 2.Transparência financeira; 3.Organização do trabalho;	1.Geração de renda; 2.Produtividade; 3.Motivação e 4.Satisfação no trabalho	1.Prefeitura 2.Comunidade 3.EMPRESAS

Fonte; *Incubadora Social da UFG, 2014.*

³ Grupo de Autogestão da IS/UFG, faz um trabalho interno de estudos técnicos e visitas *in loco* para a prospecção de informações sobre as cooperativas com o objetivo de identificar as demandas desses grupos para o planejamento de suas atividades, tais como as formações em Economia Solidária e Cooperativismo Popular; Realização de cursos de capacitação e treinamento para os cooperados; Esclarecimento de dúvidas frequentes entre os membros da cooperativa; Rodas de conversa e Assembleias para a tomada de decisão; Constituição de diretoria e destituição de cargos vagos e Mediação de conflitos internos, sempre visando o desenvolvimento dos catadores e suas cooperativas respeitando sempre seu poder de decisão.

Uma cooperativa como exemplo, pode estar desenvolvida no nível 4 e estar com baixo desenvolvimento no nível 1 ou 2. O que mostra que estes grupos podem ser classificados em; Grupos em processo de formação inicial (com ou sem dificuldades); Grupos em estágio avançado de formação e Grupos em processo de desincubação, pois este momento, o da desincubação é aquele quando a cooperativa já estiver apta a andar com as próprias pernas, é considerado o objetivo principal do processo de incubação. A finalidade da apresentação dessa metodologia para mensuração do carácter *autogestionário* das cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia, se refere a uma abordagem inicial sobre o tema partindo do referencial empírico adquirido a partir do trabalho junto aos catadores tendo como objetivo o estabelecimento de um ponto de inicial para se pensar este modelo de gestão em uma cooperativa popular principalmente ao que se refere o universo dos catadores de materiais recicláveis, o qual este é o público alvo da problemática discutida aqui. Logo é a partir dessas referências e sob o ponto de vista de estudos realizados na área como já acima citados que este trabalho se fundamenta.

Exposto o referencial acima, é preciso agora entrar no mérito da questão em si, ou seja, trabalhar a própria concepção do tema da *autogestão*, desde os utópicos até os praticantes contemporâneos aqui mencionados, ou seja, os catadores de materiais recicláveis organizados ou em processo de organização, analisar sua relação com o processo de inclusão social dos catadores e entender o seu significado.

Saber o número de catadores e catadoras de materiais recicláveis em todo o país é algo bastante incerto, devido a complexidade de identificação dessa população. Segundo o IBGE em pesquisa sobre o saneamento básico realizada em 2008 existiam naquela época 70.449 trabalhadores espalhados nas chamadas áreas urbanas das grandes regiões do país, porém esse número se torna um tanto quanto impreciso pois a mesma pesquisa aponta que cerca de 50% dos municípios brasileiros desconheciam naquela época a existência de catadores em exercício em suas localidades (IBGE, 2008). Segundo estudo do IPEA com base nos dados gerados no último censo IBGE de 2010, à em todo o país 400 mil pessoas que se auto declararam catadores e catadoras de materiais recicláveis. O Sies (Sistema de Informações de Economia Solidária) em levantamento específico entre os anos de 2009 e 2012, levantou a existência de 692 empreendimentos de reciclagem (associações e cooperativas) com cerca de 21.164 trabalhadores envolvidos (Brasília, 2013). Estes números podem subir ainda mais

como aponta a associação Cempre-Compromisso Empresarial para a Reciclagem, que em 2010 existiam quase 1 milhão de trabalhadores desse ramo em todo o país. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que hoje existam cerca 800 mil trabalhadores envolvidos com a catação espalhados em todo o Brasil.

Independentemente dos números, estes catadores são subdivididos segundo suas formas de atuação para a atividade do seu trabalho em; 1. trecheiros: que vivem no trecho entre uma cidade e outra, catam lata pra comprar comida; 2. Catadores (as) do lixão: catam diuturnamente, fazem seu horário, catam há muito tempo ou só quando estão sem outras atividades de trabalho; 3. Catadores (as) individuais: catam por si, preferem trabalhar independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é o sucateiro ou depósito, e 4. os catadores organizados: em grupos autogestionários onde todos são dono do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização como cooperativas, associações, ONGs ou OSCIPs (Lixo.com 2014).

Sabe se que, dada as circunstâncias de precariedade e insalubridade que acompanham o trabalho de catação principalmente para aqueles que trabalham nos lixões e nas ruas, a criação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis se torna uma importante alternativa de inclusão social, com a perspectiva de emancipação dessa classe de trabalhadores valorizando sua atividade principalmente pelo seu carácter sócio-ambiental. Contudo a grande questão abordada por este trabalho é o fator de empreendedorismo coletivo pautado pelos princípios do Cooperativismo Popular e Economia Solidária, inclusive amparados pelas Leis Federais que regulamentam a atividade cooperativista popular, estas a Lei Federal N° 12.690 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e a 12.305/10 (PNRs), fazendo com que essas associações e cooperativas sejam organizações que defendam tanto a dignidade do catador cooperado ou associado quanto a sua própria autonomia sobre seu trabalho. Neste sentido entende se por cooperativismo popular o modelo de produção baseado na associação dos seus membros, de forma democrática e participativa, priorizando sempre o coletivo frente o individual com base nos princípios da 1. Adesão voluntária; 2. Gestão democrática e livre; 3. Participação econômica dos sócios; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, treinamento e informação; 6. Cooperação entre as cooperativas e 7. Interesse pela comunidade. A Economia Solidária pode ser vista como um jeito diferente de

produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver em resposta ao processo de exclusão provocado pelo capitalismo, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem, seguindo os princípios da, 1. livre adesão; 2. cooperação; 3. solidariedade e 4. auto gestão. (Portal do MTE/SENAIS). Paralelo ao movimento social dos catadores a Economia Solidária pode ser entendida sob 2 pontos de vista fundamentais. Primeiro em seu âmbito jurídico como política pública, por meio da implementação, no ano de 2003 de sua secretaria (SENAES) se constitui como o referencial institucional de vários segmentos de trabalho que até pouco tempo eram considerados informais no país mas que compõem uma grande parcela da economia nacional. E segundo em sua forma subjetiva como um novo modelo econômico a E. S. fala por si só quando é justificada pela adesão de vários organismos em todo país como alternativa diferenciada de modo de produção.

"A economia solidária não é criação intelectual de alguém, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal ela não poderia proceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução". (Paul Singer 2002).

E justamente o princípio da *autogestão*, foco principal aqui de nossa discussão, que se revela como a peculiaridade mais complexa e ao mesmo tempo importante para se discutir este movimento social dos catadores. Complexo devido o aspecto emancipatório necessário para o seu desenvolvimento uma vez que, o processo autogestionário implica em um alto grau de entendimento de suas práticas e adesão à coletividade e cooperação de forma voluntária dos indivíduos que dele fizerem parte. Este constitui no maior desafio para as constituição de um universo onde os catadores protagonizem de fato seu papel principal de agentes autônomos e independentes. Ao se falar de *inclusão social* é preciso olhar também para o seu antônimo. É no prisma da *exclusão social* que se pode entender melhor como se originam as diversas demandas sociais inclusive ao que tange os catadores de materiais recicláveis não só do Brasil mas também de outros países. Historicamente a atividade de catação é realizada como

alternativa para o sustento das pessoas que deste trabalho sobrevivem, devido ao fato de exclusão provocado pelos efeitos avassaladores da competitividade do chamado livre mercado, fazendo com que além do fato de que os catadores ficassem jogados as margens da sociedade de consumo do mundo globalizado e capitalista, estas pessoas ficassem também fora dos mecanismos estruturantes dessa mesma sociedade tais como o acesso aos serviços de ensino, formação profissional, moradia, acesso à linhas de crédito, saúde dentre outros, e associado a isso acabaram por sendo estigmatizados na maioria das vezes como pessoas marginalizadas e ignoradas quanto ao reconhecimento de sua própria cidadania.

Na mesma medida a *autogestão* tem em seu papel a própria concepção de liberdade e igualdade de participação coletiva, ou seja, aquilo que essencialmente deveria ser o direito de todas as pessoas em relação a autonomia de sua própria vida. Como trabalhadores assalariados, no modelo de produção capitalista vigente, onde o capitalismo, um modo de produção fundado na exploração do proletariado pela burguesia via exploração de mais-valor (Viana, 2008), e seu desenvolvimento provoca a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria respectivamente possuidora de capital e, gerando em contrapartida uma enorme maioria de empregados alienados em que o ator social dominante é o dono dos meios de produção, poucas são as pessoas dentre os mais diversos ramos de trabalho desde o profissional menos especializado até o mais capacitado e treinado ou ainda moldado, que de fato conseguem gerir sua atividade de trabalho sem se submeter a coerção de outrem. É dessa subordinação provocada pelo embate patrão versus empregado, que se origina as curvas acentuadas de desigualdade e todos os problemas provocados pela dominação de uma pessoa sobre a outra no universo da divisão do trabalho presentes em nossa sociedade.

Cabe aqui ressaltar o conceito de *autogestão* como algo muito vasto e amplo já discutido há várias gerações de intelectuais desde os autores clássicos como “ Karl Marx ”.

“Auto gestão plena em que Marx determina como a essência do comunismo, se concebe na medida em que ocorre a transformação plena da sociedade, ou seja é o auto governo dos produtores, que superam as estruturas de alienação que os aprisiona e buscam por meio de sua emancipação a radicalidade da transformação social constituindo assim a sociedade autogerida” (Viana, 2008).

Pode se pensar a questão da autogestão sob o seu aspecto democrático, ou como aborda a própria literatura a democracia participativa direta. Aqui é importante ressaltar o olhar para o conceito de democracia como o regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos, podendo assim ser direta ou indireta. Na democracia direta o povo expressa a sua vontade por meio do voto direto em cada assunto particular, e já na indireta quando os cidadãos expressam suas vontades por meio da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram. Assim a democracia pode ser entendida como um procedimento onde o povo elege seus representantes para exercerem mandatos. Não restando ao eleitorado qualquer garantia de participação no período de gestão (J. Schumpeter, 1984). Para Schumpeter o cidadão não participa da política porque está muito mais interessado nas questões de sua rotina habitual (trabalho, lazer, contas a pagar e receber, etc.). Assim não consegue intervir de forma direta nos assuntos de interesse da comunidade. Caso típico da ação coletiva onde nem todos os indivíduos se sintam motivados a participar das iniciativas com vista ao interesse coletivo pois mesmo que não participem, estes acabam por receber os benefícios ou malefícios destas ações (Olson, 1999). Estas definições sobre o conceito de democracia e ação coletiva são importantíssimas para se refletir sobre grau de complexidade que é necessário para a participação plena da vida social. Assim ao se avaliar de forma qualitativa sobre o nível de interação dos catadores cooperados é preciso que se destaque todas as dificuldades que intrinsecamente estão atreladas a compreensão deste modelo. É preciso ter sobre tudo a compreensão da própria estrutura da ordem social no qual várias outras categorias civis encontram dificuldades em participar da vida social de forma deliberativa. Há sobre tudo no meio acadêmico várias linhas de pensamentos como o marxismo por exemplo que avaliam cada uma à sua própria concepção o significado de *autogestão*. Porém na medida em que ela é trabalhada na prática, se apresentando como um desafio, acredito que aqui o mais importante seja fazer análises colocando as experiências práticas sempre em

primeiro lugar. Neste sentido não desvalorizando os esforços intelectuais para o desenvolvimento do mundo das ideias sobre este rico tema da *autogestão*, depois de definido uma conceituação base para entendermos o que é a proposta desse modelo de trabalho iremos adotar uma definição que leve em conta o plano da realidade principalmente ao que concerne o universo dos catadores de materiais recicláveis.

De maneira mais pragmática e igualmente importante no sentido do objeto de estudo do presente trabalho outro conceito de *autogestão* que pode ser entendido aqui é a administração de um organismo pelos seus próprios participantes, em regime de democracia e participação direta. Em autogestão, não há a figura do patrão, todos os cooperados participam das decisões administrativas em igualdade de condições. Autogestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção, é o modo de organizar o trabalho sem padrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores, aqui neste caso a luta por *autogestão* é a luta por garantir que as organizações sejam administradas pelos próprios catadores em regime de cooperação com outras entidades, mas garantindo a total autonomia nas decisões da base de catadores (MNCR, 2012). Dentre os princípios abordados pelo próprio MNCR destaca-se a *ação direta*⁴ como importante instrumento de garantia dessa autonomia sobre o trabalho dos próprios catadores e para os catadores.

A atividade de autogestão em cooperativas de catadores hoje constitui-se de modo a dar o suporte para que os trabalhadores da reciclagem possam defender seus direitos e gerir seus negócios como trabalhadores donos das suas cooperativas. Isso acaba por implicar em uma realidade bastante desafiadora quando olhado o espectro de resultados em si, pois o sucesso dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis não pode ser avaliado simplesmente pelos números de suas finanças como uma empresa da iniciativa privada comum. As cooperativas por natureza não possuem o caráter de acumulação de lucros, suas receitas são divididas entre os cooperados e como em um primeiro momento as preocupações dos trabalhadores é a garantia da própria sobrevivência, o desenvolvimento dos empreendimentos como por exemplo na cidade de Goiânia fica bastante concentrado nas iniciativas externas, como do poder público e privado.

⁴ Ação Direta como um princípio que carrega o sentido do protagonismo do povo organizado, que deve fazer diretamente suas próprias forças como união, organização e ação, sem ficar esperando que isso “caia do céu” e podendo ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base da base para o movimento, e do movimento para a sociedade (MNCR, cartilha de formação nível 1, caminhar é resistir, 2010).

Por meio da perspectiva autogestionária dos trabalhadores, espera-se que com a constituição plena da identidade de sócio da cooperativa ou associação, os indivíduos consigam alcançar sua valorização humana, mostrando para a sociedade a importância, tanto do trabalho de intervenção ambiental quanto o modelo sem exploração do outro para um benefício individual, tendo sempre como base sua própria autonomia e responsabilidade por sua atividade de trabalho. No sentido de que o trabalho autônomo é tido com desconfiança pela maioria das pessoas, a constituição de cooperativas e associações organizadas e legalizadas fortalece o segmento da reciclagem. Os catadores que desde há muito tempo são explorados pelo mercado da reciclagem, (atravessadores que compram a produção sem importar com os procedimentos, revendendo o material para as grandes indústrias por um preço geralmente muito acima do pago ao catador) podem se contrapor a esta situação na medida em que se organizam e assim conseguem fazer melhores negociações diretamente com os compradores. A autogestão assim como a formação de cooperativas e associações organizadas, na medida em que valorizam o ser humano trabalhador da reciclagem, supera um estágio de exploração da própria cadeia produtiva da reciclagem. Com as iniciativas da E.S. onde não apenas catadores de materiais recicláveis, mas diversos trabalhadores de outras atividades, como artesãos, pescadores, pequenos agricultores e etc. estão optando por um modelo de trabalho pautado na autogestão.

Em função do fechamento dos lixões, este processo de transição dos catadores ganha um elemento muito mais forte, ou seja, o fator de necessidade. Mesmo que sendo o motivador das ações a necessidade não pode esperar por elas principalmente no longo prazo. Esta demanda coloca os catadores numa difícil situação no sentido de que o processo para a construção da ideia autogestionária nem sempre aparece em comum concordância para todas as pessoas dos grupos e a conciliação se torna o grande desafio para a união de vários indivíduos num mesmo espaço para um determinado objetivo. Ao falar do desenvolvimento da autogestão é preciso levar em conta todas as características, a volta dos envolvidos e respeitar a sua maturação. A fragilidade e a individualidade, são igualmente importantes como a força de vontade, cooperação e solidariedade, princípios estes da E. S. já citados anteriormente que fazem parte do processo de inclusão. Como a ideia exposta anteriormente, é preciso pensar primeiro o processo de exclusão para se entender as especificidades para aquilo que se pode chamar de tentativa de correção das desigualdades pela via da inclusão social.

A partir de todas essas especificidades que envolvem este universo, o apoio de assessoramento e acompanhamento com o carácter de desenvolvimento das potencialidades do grupo, precisa sempre respeitar as particularidades dos catadores tendo como ponto de vista de que se trata de um trabalho de fornecimento de uma tecnologia social e não de um assistencialismo dependente. Olhar as pessoas como capazes é o passo fundamental que diferencia um trabalho de incubação, só assim é possível mediar os conflitos de interesse dentro de uma cooperativa. É bastante comum encontrar representantes de cooperativas que se apropriam da situação dos cooperados para fazer da cooperativa seu negócio particular e mesmo que as demandas de necessidade sejam um forte elemento de inserção à esse modelo. O respeito ao direito garantido por lei de que as cooperativas e associações possam ser negócios independentes com o direito de participação garantido à todos os sócios devem sempre ser levados em conta como um ponto fundamental.

Hoje é sabido ao que se pode enxergar pela experiência das próprias cooperativas ou associações em Goiânia, que, na medida em que um grupo não consegue se relacionar dentro do mesmo espaço, de forma democrática e participativa, os resultados são diretamente afetados. Neste sentido embora a autogestão plena dentro de uma cooperativa seja uma semente em processo de germinação, no momento em que os catadores cooperados absorvem de maneira homogenia os princípios do cooperativismo e economia solidária acima descritos, e apreendem os indicadores da tabela 1. conseqüentemente avançam nos níveis ou estágios subsequentes da mesma tabela, e assim é possível mensurar um desenvolvimento humanizado sem exploração.

Referências:

VIANA, Nildo. Manifesto autogestionário. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008

IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, Brasília, 2008

BRASIL; Lei N° 12.305 de 2 de agosto de 2010. **Institui e Política Nacional de Resíduos Sólidos; Brasília DF, 2010.**

Brasil; Lei N° 12.690 de 19 de julho de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; Brasília DF, 2012.**

<http://www.cempre.org.br/index.php>

<http://www.publico.pt/local/noticia/existe-quase-um-milhao-de-catadores-de-lixo-reciclavel-no-brasil-1534466>

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002

<http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>

SCHUMPETER, Joseph A., **Capitalismo, Socialismo e Democracia**, Rio, Zahar, 1984.

http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas

http://www.mncr.org.br/box_4/duvidas-frequentes/o-que-e-autogestao

MNCR; **Cartilha de Formação Nível 1, Caminhar é resistir**; SP, 2010.

Olson, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais; EDUSP; São Paulo, 1999.

<http://www.lixo.com.br/content/view/133/240/>

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/6peixoto1/57>

http://www.espacoacademico.com.br/092/92res_santos.htm

